

# Nas páginas dos jornais: a imprensa e a repressão aos alemães em Pernambuco (1938-1945)

Juliana Ferreira Campos Leite<sup>1</sup>

## Resumo

A grande maioria dos governos autoritários no período que se estende da década de 1930 à década de 1940 utiliza-se dos periódicos como instrumento de divulgação de suas ideias. O governo de Getúlio Vargas se utilizou amplamente da imprensa para difundir e popularizar a ideologia do regime a diferentes camadas sociais. A imprensa é lançada ao patamar de quarto poder em Pernambuco nesse período, tal sua importância no cenário político do período abordado. Não apenas os governos estaduais e federais, mas a própria elite pernambucana e vários outros grupos utilizavam-se desse dispositivo para dar voz aos seus discursos. Muitos historiadores apontam as políticas nacionalizadoras do governo Vargas – que visava a construção de uma identidade nacional – e a eclosão do conflito da Segunda Grande Guerra Mundial, dentre outros fatores, como questões que impulsionaram a repressão por parte do governo aos alemães, teuto-brasileiros<sup>2</sup> e quinta-colunas<sup>3</sup> no Brasil. Partindo dessas considerações, nosso trabalho visa realizar uma discussão sobre a importância da imprensa enquanto possível dispositivo doutrinador social e também político-repressor aos alemães em Pernambuco durante o período da Segunda Grande Guerra Mundial e ainda refletir sobre “o perigo alemão” e a representação dos nazistas nos jornais.

**Palavras-chave:** Alemães, jornais, repressão.

## Abstract

Most authoritarian governments, during a period between the 1930s and the 1940s, used periodicals as an instrument of disclosure of their ideas. Getúlio Vargas' government largely used the press to disseminate and popularize the ideals of the regime to different social layers. The press was launched as fourth power in Pernambuco at that time because of its importance at the political scene. Beyond the state and federal governments, the high society of Pernambuco and other groups also used this resource to amplify their speech. Lots of historians indicate the nationalizing politics of Vargas' government – which aimed at the construction of a national identity – and the outbreak of World War II

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em História Social da Cultura Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

<sup>2</sup> Que ou quem é de origem alemã e brasileira. A nacionalidade alemã é definida, segundo a lei da Alemanha, pela ascendência (*jus sanguinis*). Dessa forma, considerava-se que filhos de alemães, automaticamente, seriam alemães. Já na determinação da nacionalidade brasileira, o local de nascimento (*jus solis*) é o fator decisivo, com poucas exceções. Logo, famílias que nasceram no Brasil e que eram de famílias de origem alemã possuíam dupla nacionalidade. Cf. OLIVEIRA, Denilsson de. *Os Soldados Alemães de Vargas*. Curitiba: Ed. Semeando Livros, 2011.

<sup>3</sup> Termo muito utilizado na Espanha para designar aqueles que eram contrários ao governo franquista durante a Guerra Espanhola. No Brasil, após 1942, assim ficaram conhecidos os brasileiros simpatizantes do nazismo, consequentemente considerados avessos ao governo Varguista, uma vez que o Brasil havia entrado na guerra em favor das forças Aliadas e contra o Eixo.

– and other factors – as issues which boosted the repression by the government to the German people, German-Brazilians and “quinta-colunas” in Brazil. Considering these observations, this paper aims to achieve a discussion about the importance of the press as a possible element to indoctrinate socially and, also, as a political and repressive factor to the Germans in Pernambuco during the World War II, besides think over about “the German danger” and the Nazi representation in the newspaper.

**Keywords:** Germans, newspaper, repression.

## Introdução

O início do século XX foi palco do “nascimento” de vários governos autoritários ao redor do mundo, os quais redimensionaram de maneira eficaz o uso de instrumentos políticos e ampliaram suas potencialidades – como, por exemplo, a Alemanha com Adolf Hitler, a Itália com Benito Mussolini, Portugal com Francisco Salazar, o Brasil com Getúlio Vargas, dentre outros. A utilização de rádios, jornais, revistas e folhetos como meio de propaganda e doutrinação política tornou-se uma marca desses governos, que tinha a biopolítica<sup>4</sup> como paradigma, e explicita muito mais do que um novo formato de comunicação entre Estado e população: demonstra o ingresso definitivo das massas no jogo político, como afirma o sociólogo Paulo Feldhues:

O sujeito comum transformava-se progressivamente em cidadão, cabia-lhe agora o direito de voto e, não raro, era convocado a participar de guerras, que não mais se restringiam ao campo de mercenários. A política externa do Estado transborda neste momento do corpo diplomático inundando todo o cotidiano nacional. O novo homem-de-direito é também cidadão de responsabilidades, refletidas em sua participação na vida pública. Assim, a opinião ganha moldes de instrumento de política exterior. (FELDHUES, 2008, p. 193).

Em Pernambuco, nesse período, temos no cargo de interventor do Estado Agamenon Magalhães<sup>5</sup>. Dulce Pandolfi afirma que “talvez o formato mais desenvolvido de uso da imprensa pelo Estado tenha se dado em Pernambuco, ao longo do governo de Agamenon Magalhães, considerado por Vargas uma interventoria modelo.” (PANDOLFI, 1984, p.25). Logo, quando houve por parte do governo federal um

---

<sup>4</sup> Pensamos o conceito biopolítica como inclusão da vida da população nos cálculos do poder. Logo, o inverso de uma tanatopolítica. O conceito de biopolítica aqui trabalhado é utilizado através da discussão de Michel Foucault Cf. FOULCAUT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. paz e Terra, 2014.

<sup>5</sup> Natural do município de Serra Talhada, interior do estado, católico da Congregação Mariana, filho do juiz e deputado estadual Sérgio Magalhães, tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1916. Agamenon foi professor de geografia do Ginásio Pernambucano. Tornou-se deputado estadual e, posteriormente, federal; em 1934 recebe convite de Vargas para a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio e, em 1937, passa a acumular também o Ministério da Justiça. Deflagrado o golpe que instaurou o Estado Novo, Magalhães assume a interventoria de Pernambuco. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1984.

posicionamento efetivo de ações repressivas aos “súditos do Eixo”<sup>6</sup>, Pernambuco logo cumpriu os decretos instaurados pelo governo federal.

René Gertz (2008, p. 140) coloca o processo de nacionalização do país como um dos principais fatores para a compreensão do desenvolvimento de políticas repressivas aos “súditos do Eixo”. A nacionalização não teve somente o intuito de criar uma identidade nacional brasileira mas, também, promover a assimilação do imigrante, sobretudo o ameaçador elemento estrangeiro ligado à ideia de “perigo alemão”.

Historiadores como Priscila Perazzo, Denilsson de Oliveira, Susan Lewis e Ana Maria Dietrich retomam com frequência a questão do projeto de nacionalização pretendido por Vargas como momento-chave da irrupção dos problemas entre a comunidade alemã (existente em vários estados do território nacional, principalmente na região Sul) e o estado brasileiro. Devido à omissão do governo brasileiro em relação aos imigrantes alemães, os mesmos tiveram que recorrer a investimentos de particulares e instituições de origem alemã para ter acesso a serviços básicos como educação, saúde, cultura e de lazer (OLIVEIRA, 2011). Ficaram cada vez mais distantes no que tange à interação com a comunidade local, mantendo-se fechados ao contato com a cultura brasileira, os chamados “quistos raciais”<sup>7</sup>. Medidas foram tomadas para reverter tal situação (não apenas da questão alemã, mas da nacionalização de maneira geral), como a criação das políticas nacionalizadoras pelo governo federal. Entretanto, seria comum que, em um país com dimensões territoriais de níveis continentais, não existisse uma conformidade de ações por parte dos dirigentes políticos de todos os Estados da federação.

Sendo assim, pretendemos discutir a importância da imprensa na disseminação de discursos contra as sociedades alemãs residentes no estado e a sua relação com o discurso emitido pelo governo para legitimar suas ações durante o período da Segunda Grande Guerra Mundial e ainda refletir sobre “o perigo alemão” e a representação dos nazistas nos jornais. Além disso, buscamos compreender o discurso midiático como uma produção de sentidos dos acontecimentos, levando em consideração o momento histórico (período) e o local de fala do agente produtor desse discurso. Reconhecendo a relevância de conhecer o funcionamento, a engrenagem dessa “maquinaria”, questionamos: de onde

---

<sup>6</sup> Durante o conflito da Segunda Grande Guerra Mundial, os adversários estavam divididos em dois grandes grupos: Eixo, formado principalmente pela Alemanha, Itália e Japão, e os Aliados: formados principalmente pela França, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. O Brasil entrou na guerra apenas no ano de 1942. A guerra teve início em 1938.

<sup>7</sup> Grupos de estrangeiros que vivem em comunidade e não se inserem na cultura da sociedade local.

veio o discurso (qual o local de fala)? Dentro de qual contexto histórico? Para quem esse discurso é produzido? E por quê?

## **Os jornais e o Estado Novo**

Em 1939, Agamenon Magalhães, semanas antes de tomar posse como interventor em Pernambuco, colocou em circulação na cidade de Recife o jornal Folha da Manhã. O jornal era de sua propriedade e tinha como finalidade primeira servir como ferramenta política e propagandística de seu governo (NASCIMENTO, 1967, p. 395). Pouco tempo após sua criação, o jornal passou a atuar com duas publicações (edições) diárias: a matutina e vespertina. A mudança visava alcançar como público alvo indivíduos das diversas camadas sociais, possibilitando o acesso dos menos favorecidos à publicações em formatos mais econômicos e direcionar o discurso para grupos específicos – saber a mensagem que se deseja emitir e para quem. Selecionar o público alvo para otimizar a compreensão da mensagem emitida:

O periódico polarizou-se para atender à elite e às massas. O doutrinamento atingia a todos, com a diferença centrada na forma do veiculamento: a edição matutina, com 16 páginas, atendia as exigências de uma clientela elitizada. Consciente dos resultados, Agamenon Magalhães considerava o periódico como exemplo da publicidade máxima. (ALMEIDA, 2001. p. 169).

Vários dos jornalistas colaboradores da Folha da Manhã faziam parte da administração da interventoria (ALMEIDA, 2001, p. 181). Outros jornais do período também tiveram uma ampla participação no cenário político, em Pernambuco, por exemplo. Jornalistas e intelectuais comumente manifestavam suas opiniões, como o colunista do Jornal Pequeno, Mario Melo, que se mostrou ferrenho nas críticas contra os alemães e os quinta-colunas.

Conforme afirma Graça Ataíde (2001, p. 166), a maioria dos governos autoritários no período que se estende da década de 1930 à década de 1940 utiliza-se dos periódicos como instrumento de divulgação de suas ideias. O governo de Getúlio Vargas se utilizou amplamente da imprensa para difundir e popularizar a ideologia do regime a diferentes grupos, além da censura e controle desses canais de comunicação.

Em 1937, devido a um dispositivo da Constituição, a imprensa passa a ser subordinada ao poder público com o argumento da necessidade de “centralização da informação”, para assegurar a relação direta entre sociedade e governo, de forma ágil e sem intermediários (VELLOSO, 1987, p. 21). O governo passa a transformar os canais

de expressão da sociedade civil em espaços de propaganda do governo. Sendo assim, podemos concluir que o poder político exercido no período do Estado Novo conjuga o monopólio da força física (repressão através do aparato policial) e da força simbólica (CAPELATO, 1999, p. 161).

A Delegacia de Ordem Política Social (DOPS)<sup>8</sup> agia no governo Vargas como principal veículo de repressão, muitas vezes aliada à imprensa e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que definia a pauta da imprensa e servia como sensor da mesma:

O DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, foi criado em 1939, em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC que, em 1934, já havia substituído o Departamento Oficial de Propaganda – DOP, possuindo, ambos, uma limitada estrutura. O novo departamento, o DIP, ganhou um diferencial aspecto técnico. Dirigido pelo jornalista e intelectual Lourival Flores, este órgão deveria “centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna ou externa, servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas. (FELDHUES, 2008, p. 194).

Logo, o Estado, além de utilizar os meios de comunicação e a mídia para doutrinação social e propaganda política, ainda procurava exercer um grande controle sobre o que era veiculado. Como podemos ver abaixo na citação do sociólogo Paulo Feldhues, nesse momento temos um novo conceito de relação entre governante e as massas:

Preservando as devidas proporções comparativas, os meios utilizados para a propaganda política durante o regime estadonovista em Pernambuco inscreveram-se dentro de um universo político, o qual abrange outros países do mesmo período. A cultura política neste instante tomava o diferencial da comunicação entre Estado e sociedade de massas. É ainda dentro dessa cultura política que identificamos um conjunto de sensibilidades dando significado ao contexto vivenciado. (FELDHUES, 2008, p. 200).

Entretanto, é importante entender que, mesmo com os esforços para um amplo controle do governo sobre a mídia, podemos perceber jornais que polarizavam suas ideias às ideias estabelecidas. Existem relatos, a partir de entrevistas realizadas pela historiadora Lêda Rivas, que mostram uma percepção bastante plural sobre o posicionamento da imprensa em Pernambuco sobre a questão alemã, por exemplo:

Durante o conflito mundial que se prolongou de 39 a 45 a imprensa pernambucana possuía o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal Pequeno, Folha da Manhã e o Diário da Manhã, já no seu ocaso. Só quem tinha uma posição política definida e intransigente ao lado dos Aliados era o Diário de Pernambuco. Os outros eram “neutros” e o Jornal do Commercio bem mais

---

<sup>8</sup> Criada em 23 de dezembro de 1935, pela Lei nº 71, a Delegacia de Ordem Política Social tinha por funções: proceder a inquéritos sobre crimes de ordem política e social; exercer medidas de polícia preventiva e controlar serviços cujos fins estivessem em conexão com a ordem política e social.

próximo ao nazi-fascismo. (Hélio José Rola Pinto, antigo repórter do Diário de Pernambuco).<sup>9</sup>

A imprensa de Pernambuco informava bastante sobre a guerra. O Jornal do Commercio, no meu entender, apresentava maior cópia de telegramas fornecidos pela Associated Press e pela Transocean, esta uma agência alemã. Para quem, como eu, embora muito novo, gostava de ler o que diziam todos os beligerantes, o Jornal do Commercio atraía mais. Nunca encontrei ali propaganda nazista, sim a versão alemã dos fatos. (Fernando Cruz Gouvêa, estudante secundarista à época).<sup>10</sup>

No primeiro trecho de entrevista citado com o Sr. Hélio Pinto, ele afirmou que de todos os jornais em circulação em Pernambuco, apenas o Diário de Pernambuco – empresa na qual trabalhava como jornalista na época citada – “era definitivamente ao lado dos Aliados”. Lado este conhecido hoje como o lado que lutou pela democracia e contra as atrocidades do nazismo. Já o ex-aluno secundarista concentra sua fala no Jornal do Commercio, defendendo sua imparcialidade em relação à guerra, dando espaço para os dois lados do confronto: Eixo e Aliados. O fato é que mesmo não tendo posições “neutras” – assim como os entrevistados não tiveram – a imprensa participou ativamente das questões políticas da cidade. O conjunto dessas lembranças acionadas por esses relatos nos permite o “acesso da história dentro da história e, dessa forma amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2010, p. 155).

O Jornal do Commercio, que está em circulação desde 1919 e dizia-se “dedicado aos interesses das classes conservadoras e do Estado em geral” (NASCIMENTO, 1968, p. 143). Já o Diário de Pernambuco, em circulação desde 1825 (NASCIMENTO, 1967, p. 21), tinha – na época - como colaboradores nomes como Gilberto Freyre e Manuel Bandeira. O Jornal Pequeno contava – dentre outros – com o bastante conhecido por seu nacionalismo exacerbado, o jornalista Mário Melo. Essas questões somadas à análise da forma do jornal (apresentação gráfica) “na utilização de representações icônicas e que “ilustram” e complementam o sentido do texto/discurso; e no ethos discursivo, ou seja, na imagem que o jornal constrói de si em seu discurso, pelo modo como é enunciado” (FELDHUES, 2008, p.200) – além, de levar em consideração as tramas deste momento histórico – nos possibilitam fazer uma discussão mais consistente referente ao posicionamento desses jornais dentro da temática trabalhada, pois:

O discurso midiático jornalístico é um discurso que está em constante relação com o universo discursivo, pois se relaciona com formações discursivas de

---

<sup>9</sup> PERAZZO, 1999, p. 136 apud RIOS, Lêda Maria Rivas Cervinos. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto da província*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

<sup>10</sup> PERAZZO, 1999, p. 136 apud RIOS, op. cit.

todos os tipos. Quando a mídia impressa põe em circulação (enuncia) os seus textos, ela está reproduzindo a sua leitura do mundo, os seus discursos; portanto, uma realidade construída por meio de todo esse complexo “jogo” de relações de formações discursivas de todos os tipos, e pelas lógicas que regem os dispositivos midiáticos. (FOSSÁ, RIBEIRO, 2010, p. 63).

Ou seja, compreender as notícias e a própria forma do jornal enquanto discurso produzido dentro de um determinado universo específico (social, político, econômico e cultural) que referencia os acontecimentos do “mundo” a partir do seu lugar de enunciador. Dessa forma, o discurso dos jornais é uma construção de uma realidade, a partir do modo como eles (a imprensa) a vê ou lhes interessa mostrar.

### **A imprensa e construção do “perigo alemão”**

O papel da imprensa como formadora de opinião pública é extremamente elucidativo para compreender a disseminação e a propagação de fantasias e mitos acerca de indivíduos ou grupos étnicos que, no decorrer da história da humanidade, têm sofrido a infâmia de serem vítimas do preconceito por parte de grupos e nações. (ALMEIDA, 2001, p. 163).

Assim, a historiadora Graça Ataíde abre seu capítulo do livro “*A construção da verdade autoritária*” sobre a Folha da Manhã, discutindo a imprensa enquanto formadora de opinião e possível disseminadora de infâmias e preconceitos. Entretanto, acreditamos que essa relação maniqueísta entre o bem e o mal é algo que simplifica a discussão. Logo, procuraremos analisar os efeitos de verdade que essas afirmações traziam, considerando que ao lado do rádio, o jornal era a mídia mais utilizada pela população recifense nesse período. Sendo assim, não é nosso interesse buscar compreender se o “perigo alemão” era ou não real, mas quais efeitos causou e como foi manipulado nos jornais. Os jornais visam produzir efeitos de sentidos aos seus discursos, com o objetivo de assegurar o seu lugar de construtor da realidade. E para isso – em alguns momentos – podem recorrer a estratégias difamatórias de indivíduos e/ou grupos sociais. Não esquecendo que nesse momento histórico a imprensa era diretamente regulada e amplamente utilizada pelo governo. Ivete Fossá e Daiane Ribeiro, no artigo “*Discurso e Mídia*” abrem a discussão do trabalho com a seguinte questão:

(...) tentar desvendar os sentidos, o ideológico inscrito nos discursos oriundos das diversas formações discursivas, requer um tipo de análise que ultrapasse os limites do texto (seja ele escrito, imagem, som, cores, etc.) e considere também o quadro social de produção e circulação desses discursos.” (FOSSÁ, RIBEIRO, 2010, p. 64).

Logo, podemos pensar enquanto quadro social de produção e circulação desses discursos a postura do governo diante do que não se enquadra à norma estabelecida ou

que se pretendia estabelecer. De acordo com Dietrich (2005, p. 179), o governo brasileiro entendia que “a presença de minorias estrangeiras e suas políticas ditas exóticas prejudicariam a construção da identidade nacional brasileira” e passa a assumir uma política de ação contra as sociedades alemãs através da repressão policial e pelo direcionamento da imagem do estrangeiro como ameaça (PERAZZO, 1999, p. 34). A ideia de “ameaça” acabou por gerar o sentimento de medo, que é bastante importante para a compreensão dos desdobramentos políticos da década de 1930 e 1940. A própria consolidação do golpe de 1937 deve-se, além de outros fatores, ao sentimento de medo instaurado em relação à ameaça do comunismo, assim como a questão do “perigo alemão”, ideia que não foi criada no governo Vargas, mas que de fato foi bastante explorada por ele como meio de instrumentação do medo.

A ideia de “perigo alemão” estava relacionada ao temor de que a Alemanha, vencendo a guerra (Segunda Grande Guerra Mundial), anexasse países da América do Sul (principalmente o Brasil), usando as áreas povoadas pela comunidade alemã no sul do Brasil como “porta de entrada”, por ainda manter algum tipo de influência nessas regiões (PERAZZO, 1999, p. 49). O governo justificava vários de seus posicionamentos e ações através do perigo alemão, assim como fazia em relação ao comunismo. A ideia de “perigo alemão” não foi criada no governo Vargas – ela existe desde o começo do século e ganhou força após a Primeira Guerra Mundial – mas que de fato foi bastante explorada por ele como meio de instrumentação do medo. De acordo com a historiadora Priscilla Perazzo:

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, quando a ideia de “perigo alemão” foi exacerbada às últimas consequências, o alemão foi identificado como nazista, enquanto o nazismo passou a ser sinônimo de atrocidade e maldade, selvageria e matança, insensibilidade e desumanidade. “O perigo alemão” se apresentou de forma mais ameaçadora do que fora visto até então. Foi possível veicular essas imagens à medida que já existiam no imaginário nacional brasileiro – pelo menos – receptivo à ideia da real existência de um “perigo alemão”. (PERAZZO, 1999, p. 51)

Atenção à imagem abaixo:





(Foto: Acervo DOPS)<sup>11</sup>

Essa foto foi tirada provavelmente durante uma das reuniões do Partido Nazista de Pernambuco<sup>12</sup>. Sabe-se por meio das próprias notícias que foram vinculadas à imagem que a foto foi tirada pelos membros do Partido e posteriormente apreendida pelos agentes do DOPS na ocasião do encerramento das atividades políticas do Partido Nazista em Pernambuco. Essa mesma imagem foi veiculada por diversos jornais do Brasil e de Pernambuco: Diário Carioca, Correio Carioca, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco, Correio Português, Diário da noite, Gazeta de Notícias, dentre outros<sup>13</sup>; utilizaram-se da imagem, após a entrada do Brasil na guerra, em 1942, “ilustrando” reportagens sobre as “atividades nazistas” em território nacional.

A Gazeta de Notícias, na reportagem: “*Atividades dos súditos do Eixo: na indústria e no comércio - Um Partido Nazista - A ação da polícia*”, assim se refere aos alemães: “são por demais treinados, por demais absorvidos na sua 'superioridade' de raça que pretende dominar o mundo”. Em outra passagem da mesma reportagem, firma-se que o “interior de Pernambuco está limpo”, que para o jornal significa ausência de indivíduos

<sup>11</sup> Foto: Partido Nazista de Pernambuco. Mapoteca 01. Gaveta 05. Documento 02. Prontuário funcional n°: S/N. Alemanha "A" e "B". Fundo/SSP n°: 30311.

<sup>12</sup> Partido Nazista de Pernambuco, com sede localizada no município de Paulista, que funcionou na ordem legal de 1933 (data da sua fundação) até 1938, quando Getúlio Vargas decretou o fechamento de todos os partidos políticos do país.

<sup>13</sup> Recorte de jornais. Nome: Documentos sobre a atividade nazista na Alemanha e no Mundo (B) Fundo/SSP: 29444. Doc. 269 até 389

de nacionalidades oriundas do Eixo. Na Folha da Manhã, em 1943, Agamenon irá conchamar a população em aumentar a desconfiança com os “louros”, afirmando que estes, os alemães, eram perigosos e estavam ligados a espionagens a favor da sua nação de origem, a Alemanha (LEWIS, 2005, p. 135). Outra reportagem do mesmo ano afirma que foram encontrados “nomes de altas personalidades brasileiras inscritos em bala de fuzil apreendidas de um nazista”<sup>14</sup>; essa era a chamada da reportagem, acompanhada de uma foto com quatro balas e os nomes: Goés, Getúlio e Aranha. A reportagem segue informando o quanto eles estavam dispostos a tomar o país. Afirma ainda ter sido encontrado um acervo de “materiais de propaganda nazista, correspondências comprometedoras, aparelhos clandestinos de rádio-transmissão, mensagens misteriosas, filmes e até mesmo armamento”<sup>15</sup>.

Eram publicadas não apenas notícias sobre os alemães, chamados indiscriminadamente nos jornais como nazistas, mas também, de todo aquele que se entendesse como simpatizante do regime Hitlerista, no caso os “quinta-colunas”, muito conhecidos também como “traidores da pátria”, termo este bastante utilizado por Mário Melo na sua coluna no Jornal Pequeno.

Nesse momento não haverá distinção: “todos que simpatizem com a Alemanha ou Itália, trabalhando ou não em favor do ideal nazi-fascista, serão classificados como perigosos em potencial” (CORDEIRO, 2009, p. 3). Mário Melo ainda afirmou na sua coluna do jornal que colocar-se ao lado do Eixo é “se trata de verdadeira degradação e traição infame e miserável”, e sugere que “para estes a ação deve ser sumarássima e inclemente. É encostá-los à parede e fuzilá-los”... (CORDEIRO, 2009, p. 4)

Outro lado dessa questão dos alemães era a constante exaltação da ação policial e do excelentíssimo Etelvino Lins<sup>16</sup> na condução da Secretaria de Segurança Pública do Estado no que tange à repressão aos alemães. Diversos são os exemplos: com a manchete “Nenhuma trégua ao nazismo, nem aos seus satélites no Brasil”<sup>17</sup>, o Diário de Pernambuco tece uma série de elogios à atuação da polícia política “a polícia

---

<sup>14</sup> Folha da Manhã, 17.04.1943. Fundo/SSP: 31.111

<sup>15</sup> Folha da Manhã, 17.04.1943. Fundo/SSP: 31.111

<sup>16</sup> Etelvino Lins de Albuquerque nasceu em Alagoa de Baixo, hoje Sertânia (PE) em 1908. Com a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, foi convidado a ocupar a Secretaria do Governo de Pernambuco. Etelvino Lins assumiu de imediato o cargo, abandonando suas funções na 1ª Delegacia Auxiliar. Permaneceu como secretário do Governo até dezembro de 1937, quando foi nomeado secretário de Segurança Pública do estado. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/etelvino\\_lins](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/etelvino_lins). Acesso em: 18 de maio de 2015.

<sup>17</sup> Diário de Pernambuco, 24.03.1942. Fundo/SSP: 31.111

pernambucana merece e já conquistou, o respeito de toda população. A sua ação é sóbria e comedida. É incansável, porém, na sua ação de vigilância e a manutenção da ordem”<sup>18</sup>.

Percebemos dessa forma como a imprensa tanto a nível nacional quanto a estadual, agiu através das suas publicações na disseminação da imagem do alemão e de todo aquele que simpatizasse com o governo alemão como perigoso. Instigava a população a realizar denúncias e incitava o ódio àqueles dos quais chamavam de nazistas e traidores da pátria. E exaltavam a postura do governo e das ações da polícia política. Tratava-se de uma guerra sem armas de fogo, uma guerra à nível do discurso nas páginas dos jornais.

## **Considerações finais**

Os jornais que circularam no período que compreende a Segunda Grande Guerra Mundial tiveram uma ampla importância para a construção da representação da figura do indivíduo de origem ou descendência alemã enquanto nazista e também na construção da ideia de um “perigo alemão”, pois, segundo Graça Ataíde em seu livro “*A construção da verdade autoritária*”, nesse período, a imprensa é elevada ao patamar de quarto poder em Pernambuco (2001, p. 181), tal sua importância no cenário político do período abordado.

Os jornais publicam notícias de acontecimentos variados cotidianamente. Porém, nem todos os acontecimentos são relatados nas páginas do jornal. O jornal “seleciona, ordena, estrutura e narra, aquilo que se elegeu digno de ser levado até o público” (LUCA, 2010, p. 139). Além, de como irá veicular a notícia que elegeu para publicação. Logo, trabalhar com os jornais possibilita o acesso a informações fundamentais para análise do discurso emitido pelo governo para legitimar suas ações e trazer para si, positivamente, a opinião pública, a exemplo da disseminação do medo através da ideia de “perigo alemão”, além de tornar possível a análise de como se davam as representações de símbolos nazistas nos jornais e vários outros fatores que envolvem a relação entre o governo e os alemães em Pernambuco.

## **Referências**

### **Fontes documentais:**

**Arquivo Público Estadual João Emerenciano. APEJE – PE.**

---

<sup>18</sup> Diário de Pernambuco, 24.03.1942. Fundo/SSP: 31.111

## **Prontuários funcionais:**

Diário de Pernambuco, março de 1942.  
Mapoteca 01. Gaveta 05. Documento 02.  
Alemanha "A" e "B". Fundo/SSP nº: 30311.

Documentos sobre a atividade nazista na Alemanha e no Mundo (B)  
Fundo/SSP: 29444  
Doc. 269 até 389

Recortes de jornais  
Fundo/SSP: 31.111

## **Referências bibliográficas**

ALBERTI, Verena. *Fontes orais: história dentro da história* In: PINSK, Carla Bassanezi (Org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, Graça Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: 2001.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO. Lucilia de Almeida Neves. *Brasil Republicano V. 2: O Tempo do Nacional Estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORDEIRO, Philonila. *Guerra de palavras: a construção do inimigo “quinta coluna” pela imprensa pernambucana durante a segunda guerra mundial*. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 1 ISSN: 1807-6971 Disponível em: <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)>.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FELDHUES, Paulo Raphael. *Imprensa e Cultura Política: Caminhos do Espaço Público no Estado Novo pernambucano*. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.

FOULCAUT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. paz e Terra, 2014.

GERTZ, René. *Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica*. Textos de história. vol. 16, nº 2, 2008.

OLIVEIRA, de Denilsson. *Os Soldados Alemães de Vargas*. Curitiba: Ed. Semeando Livros, 2011.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1984.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo, 1999.

LEWIS, Susan. *Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o antissemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

NASCIMENTO, Luiz. *A História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária, 1967.